

A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E A GUERRA FRIA EM SERGIPE DURANTE O GOVERNO SEIXAS DÓRIA

Pedro Carvalho Oliveira

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá

Email: pedro.labtempo@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca realizar uma breve análise sobre como o estado de Sergipe foi atravessado pelo interesse dos Estados Unidos em preservar sua influência sobre a América Latina no contexto da Guerra Fria, quais foram os meandros percorridos pela Aliança para o Progresso no estado e como este se relacionou com o empreendimento estadunidense de entrave à expansão soviética. Para isso, nos debruçaremos sobre documentos diplomáticos produzidos nos consulados estadunidenses no Brasil e remetidos ao Departamento de Estado, em Washington, entre os anos de 1961 e 1964.

Palavras-chave: Sergipe; Aliança para o Progresso; Guerra Fria

THE ALLIANCE FOR PROGRESS AND THE COLD WAR IN SERGIPE
DURING THE GOVERNMENT OF SEIXAS DÓRIA

Pedro Carvalho Oliveira

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá

Email: pedro.labtempo@gmail.com

Abstract

This article seeks to carry out a brief analysis of how the state of Sergipe was crossed by the interest of the United States in preserving its influence over Latin America in the context of the Cold War, what were the intricacies covered by the Alliance for Progress in the state and how this was related to the American undertaking to impede Soviet expansion. For this, we will focus on diplomatic documents produced in the US consulates in Brazil and sent to the Department of State, in Washington, between 1961 and 1964.

Keywords: Sergipe; Alliance for Progress; Cold War.

Quando pensamos nos longos anos da Guerra Fria, geralmente nos recordamos dos embates mais grandiloquentes entre as duas potências que emergiram da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos, no Ocidente, e a União Soviética, no Oriente. A Guerra do Vietnã, a Crise dos Mísseis, a tensão nuclear, a corrida espacial, tudo isso vem à nossa mente quando recordamos o período entre 1947 e 1991, dentro do qual, felizmente, não ocorreu uma Terceira Guerra Mundial, ao contrário do que muitos esperavam. Raramente nos damos conta de que este evento internacional alcançou os mais distintos territórios e pessoas, envolvendo-os, direta ou indiretamente, na trama dos acontecimentos. Sergipe, menor estado do Brasil, um país fundamental para a defesa dos interesses estadunidenses no hemisfério, não escapou ao fluxo dos acontecimentos que reverberaram o confronto.

No início dos anos 1960, a Guerra Fria passava por uma etapa delicada: a Revolução Cubana de 1959, liderada por um movimento nacionalista, eliminou um governo aliado aos EUA, país cuja influência na ilha caribenha era significativa. Pouco depois, o novo regime se alinhou formalmente à URSS, o que significava a chegada do socialismo à América Latina. John F. Kennedy, então presidente dos EUA, viu serem escancaradas as intenções intervencionistas do seu país quando a invasão à Baía dos Porcos, comandada por desertores e exilados cubanos com apoio sólido de militares estadunidenses, teve um desfecho desfavorável a Washington na busca por frustrar o novo governo. A consolidação de uma revolução como aquela fazia soar um sinal de alerta, pois em toda a região havia países em situação semelhante à de Cuba – desigualdade social profunda, grandes propriedades latifundiárias, persistência de relações de trabalho e econômicas ultrapassadas, atraso na industrialização – problemas que, cedo ou tarde, poderiam ser o estopim para novos processos revolucionários com apoio soviético.

Para conter a possibilidade de “novas Cubas”, o governo estadunidense criou a Aliança para o Progresso, um programa de ajuda externa que subsidiaria a modernização da América Latina e criaria condições para fazer germinar ideais liberais e capitalistas nos países da região. Fornecendo 20 bilhões de dólares, montante de robustez sem precedentes para a época, o governo estadunidense queria incentivar projetos federais que impulsionassem o desenvolvimento técnico, econômico e reduzissem as diferenças sociais em toda a região num período de dez anos, para lançá-la à modernização nos termos do capitalismo modelado pelos EUA. O Brasil foi um dos principais alvos do programa; a região Nordeste, particularmente, ganhou ainda mais atenção da força-tarefa responsável pela Aliança. O motivo disso era o fato de que, segundo muitos documentos por nós examinados, o Nordeste era visto como bolsão de

pobreza e desigualdade na América Latina, marcado pela presença de um forte movimento camponês e sob risco de convulsão social se precedentes.¹

Por essa razão, a Aliança para o Progresso investiu pesadamente nos estados nordestinos, por vezes contornando a obrigatória ponte feita pelo governo federal via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para garantir a chegada de recursos de ajuda externa a líderes políticos com projetos sólidos de modernização estrutural. As presenças de João Goulart na presidência do país e de Celso Furtado na direção da Sudene eram vistas pelos governos conservadores nordestinos como entraves à entrada de recursos na região, pois ambos estariam engajados em criar condições para germinar forças políticas socialistas, ameaçando o sistema latifundiário com propostas reformistas. Assim, a Aliança se converteria em moeda de troca: os governadores nordestinos deveriam conter o avanço das Ligas Camponesas e de movimentos de esquerda, em troca dos milhões de dólares advindos dos EUA.

O objetivo deste artigo é analisar como o estado de Sergipe foi atravessado por este processo, quais foram os meandros percorridos pela Aliança para o Progresso no estado e como este se relacionou com o empreendimento estadunidense no contexto da Guerra Fria. Para isso, nos debruçaremos sobre documentos diplomáticos produzidos nos consulados estadunidenses no Brasil e remetidos ao Departamento de Estado, em Washington, entre os anos de 1961 e 1964. Os documentos, provenientes do *National Archives and Record Administration*, nos EUA, foram digitalizados e publicizados pelo *Opening the Archives Project*, uma iniciativa resultante de esforços da Universidade Estadual de Maringá (Paraná) e da *Brown University* (Providence).

Brasil, Nordeste, Sergipe: os anos 1960 e o cenário político nacional em crise

A Aliança para o Progresso teve início em 1961 como um esforço de John F. Kennedy para entrar a disseminação do comunismo na América Latina. A região, que há muito requeria ao “Grande Irmão do Norte” ajuda econômica para aprimorar sua lenta industrialização e modernizar as economias locais, não estava nos planos estadunidenses de investimento até então. O presidente Juscelino Kubitschek, no final dos anos 1950, esboçou a chamada Operação

¹ WALTERS, E. T. *The Ligas Camponesas of Pernambuco and Brazil*, relatório de 07 de setembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 013, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html> >

Pan-Americana, um esforço para que os países americanos pudessem, em sistema de cooperação, abrir caminho para um maior desenvolvimento e emancipação em relação aos países ricos, especialmente os EUA, que mantinham a região sob sua tutela. Tudo isso mudou quando a Revolução Cubana destituiu Fulgêncio Batista, ditador conivente com a forte presença estadunidense em Cuba, e deu início ao caminho cubano na direção do socialismo de braços dados com a URSS (MUNHOZ, 2020).

A princípio, o programa deveria injetar recursos de ajuda externa para incentivar os países latino-americanos a investir em projetos de modernização. Com isso, a América Latina ganharia força e alcançaria patamares mais elevados na dinâmica do capitalismo internacional, aprimorando estruturas liberais e soterrando a velha cultura patrimonialista e latifundiária (LOUREIRO, 2020). É consenso para a literatura sobre o tema que a Aliança foi uma resposta imediata à Revolução Cubana, uma reação a tal ruptura que comprometia os negócios estadunidenses. Além de servir como arma contra o comunismo internacional, a Aliança para o Progresso objetivava o fortalecimento de ideais próximos aos que vigoravam na sociedade estadunidense, abrindo alas à expansão de sua influência e soberania no contexto da Guerra Fria (RIBEIRO, 2006).

Para executar o programa, uma força-tarefa foi enviada à América Latina para estudar a região e pensar onde os investimentos deveriam ser cuidadosamente aplicados. Foi nesse processo que os analistas do programa perceberam que o Nordeste brasileiro era uma região em ebulição. Ali persistiam relações de trabalho ultrapassadas, com fortes elementos servis e latifúndios de proporções tão grandes quanto a falta de acesso dos camponeses à terra. Por isso, estes camponeses não conseguiam abandonar a situação na qual se encontravam. Buscando mudar esse quadro, as Ligas Camponesas foram fundadas ainda nos anos 1950 e, após algumas conquistas em estados como Pernambuco e Paraíba, se espalhou por todo o Nordeste. Não tardou para que líderes políticos de esquerda, como Francisco Julião (aberto simpatizante da Revolução Cubana), arregentassem as Ligas e as direcionassem no sentido da luta revolucionária (MONTENEGRO, 2003).

A pobreza da região era, para os diplomatas estadunidenses, o motor de um movimento revolucionário que possivelmente teria início no campo. Desde 1960, os diplomatas estadunidenses sabiam que “condições econômicas particulares” faziam do Nordeste brasileiro “um esplendido jardim com sementes para o cultivo do comunismo”, como disse E. T. Walters,

vice-cônsul estadunidense, ao Departamento de Estado. Segundo ele, “neste clima, os comunistas têm se movido rápido para capitalizar a abundância de miséria humana” existente no Nordeste. Ele completa dizendo que “entre suas muitas ferramentas, a mais sinistra de todas são as Ligas Camponesas, cuja missão mais eloquente é a reforma agrária”.² Por isso, a Aliança, mais tarde, buscava incentivar governos locais a combater movimentos semelhantes, forçando uma relação unilateral entre os latino-americanos e os EUA.

Porém, o cenário não era favorável a uma relação unilateral entre Brasil e EUA. Jânio Quadros, eleito para a presidência em 1960, foi firme em sua ideia de garantir as diretrizes da Política Externa Independente (PEI), por meio da qual o Brasil, a partir do início do seu mandato em 1961, não deveria escolher um lado entre os blocos que se antagonizavam na Guerra Fria, a fim de não fechar suas portas para oportunidades econômicas e políticas, ensaiando uma liderança na busca pela autonomia da América Latina e entre os países africanos, dentro dos quais insurgências nacionalistas e anticolonialistas cresciam desde a década anterior. Neste sentido, a ideia era tornar-se uma potência entre os países do chamado Terceiro Mundo, mas especialmente na América Latina (BUENO, 1994).

Quadros, ainda candidato à presidência, defendeu publicamente a necessidade de atualização da política externa brasileira, vista por ele como sendo "vitoriana", portanto, ultrapassada. Ele utilizou esse discurso como propaganda de campanha, reforçando a importância de garantir a soberania brasileira na América Latina e rejeitando qualquer alinhamento imediato com as potências em disputa. Além disso, declarava ser importante que nações recém-libertas de sua condição colonial na Ásia e África se aproximassem do Brasil em busca de apoio para sua autonomia, ensaiando o tipo de política externa a ser praticada no Brasil caso fosse eleito presidente. Quanto ao nacionalismo, Jânio defendia claramente que sua campanha era em muito motorizada por isso.³

O nacionalismo do qual eram adeptos alguns membros da União Democrática Nacional (UDN), partido de Quadros, poderia ser um problema aos EUA que, por um lado, temiam que este nacionalismo levasse líderes políticos ao encontro de teses socialistas ou genericamente

² WALTERS, E. T. *The Ligas Camponesas of Pernambuco and Brazil*, relatório de 07 de setembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 013, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>.

³ DEPARTMENT of State. *President Quadros' attitude on neutralism and Cuba*, relatório de 14 de maio de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. < <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668790/>>. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 16, n. 30, jan. - jun. 2022. ISSN: 1982 -193X*

chamadas de populistas, e, por outro, seria um fator de resistência à entrada de recursos econômicos de ajuda externa, como os da Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil. Assim como os outros estados da região, Sergipe entrava na rota das investigações estadunidenses para inviabilizar possíveis cenários favoráveis à expansão soviética.

No início dos anos 1960, Sergipe era um dos estados com o menor PIB do país (0,5%), perdendo apenas para o Piauí (0,4%). As taxas de mortalidade infantil atestam a pobreza do estado à época: para cada mil recém nascidos, 343 morriam devido às difíceis condições estruturais do estado. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) era um dos órgãos responsáveis por empréstimos e doações de recursos para os beneficiários da Aliança para o Progresso, tendo disponibilizado ao Brasil 37,4 milhões de dólares. De 1961 a 1969, cinco anos à frente do nosso recorte temporal, nenhum recurso proveniente do BID foi destinado a Sergipe. O outro principal órgão de fomento do programa, a *United States Agency for International Development (USAID)*, destinou um montante ainda maior do que o do BID para o Brasil – 137,6 milhões. Somente entre janeiro de 1962 e julho de 1963, Sergipe foi contemplado com recursos de ajuda externa da *USAID*, recebendo, contudo, apenas 1,3% de um total de 7.944,76 cruzeiros doados a outros estados da região Nordeste e o antigo estado da Guanabara (LOUREIRO, 2020). Sendo o segundo estado com o menor PIB da região – onde, em tese, as condições para emergência de movimentos revolucionários poderiam ser mais propícias -, por que recebeu tão poucos investimentos?

A atuação da Aliança para o Progresso em Sergipe

A situação política brasileira ganhou contornos ainda mais dramáticos quando Quadros, numa manobra atrapalhada, renunciou à presidência meses após sua posse. Relatos presentes em textos diplomáticos demonstram choque por parte dos cônsules estadunidenses no Brasil, perplexidade diante da situação e uma preocupação generalizada quanto ao fato de que o vice-presidente João Goulart, herdeiro da política varguista que tanto os parlamentares brasileiros desejavam expurgar, poderia comandar o país.⁴ A preocupação era compartilhada com políticos e empresários brasileiros, que viam em Jango, mesmo sem qualquer prova efetiva, um perfil

⁴ RABIDA, A. A. *Public opinion on João Goulart*, memorando de 02 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 769. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

radical que ganhou força quando ele arregimentou poder popular frente à sua fragilidade institucional. Seus discursos em torno das reformas de base tinham como objetivo, dentre muitos, conquistar a fidelidade da população brasileira no momento em que o Congresso lhe negava plenos poderes, impondo o parlamentarismo como recurso para frear os ímpetus ditos populistas de Jango (SKIDMORE, 1982).

Jango deu continuidade à PEI e se manteve próximo a políticos de esquerda, como Miguel Arraes, prefeito de Recife que venceu o pleito governamental de 1962, sucedendo Cid Sampaio, político cujas relações com os EUA foram bastante próximas, inclusive como um esforço para evitar a eleição de Arraes.⁵ Este, por sua vez, era visto como simpático ao comunismo e conivente com movimentos sociais como as Ligas Camponesas, exponentes das lutas no campo naquele contexto e que naquele momento já haviam se espalhado com força pelo Nordeste. Em meio a este cenário, a desconfiança que recaía sobre Jango era intensa.

Somava-se a isso dois problemas. Primeiro, o sólido crescimento do número de trabalhadores rurais adeptos das Ligas Camponesas. As conquistas que aos poucos foram sendo alcançadas, inclusive expropriações em benefício dos camponeses, fizeram com que a novidade se espalhasse. Engajado em arregimentar os camponeses para a luta revolucionária, Francisco Julião, então deputado estadual por Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro, contribuiu com a disseminação das Ligas pelo interior e, com isso, ajudou a ampliar o escopo da organização e de seus ideais (CASTRO, 1967).

O segundo, era o fato de que a Sudene foi colocada sob suspeita pelos latifundiários e forças políticas tradicionais do Nordeste. Estas forças, que frequentemente reivindicavam ao governo federal recursos para combater as secas periódicas e a miséria decorrente delas – sem, contudo, aplicar devidamente as verbas para sanar estes problemas, e sim para fortalecer suas estruturas de poder -, passaram a argumentar que com Jango no poder, a Sudene estava aparelhada para ajudar movimentos revolucionários camponeses, o que se concretizaria com a restrição do repasse de recursos para os governos do Nordeste.⁶ Furtado era tratado por muitos latifundiários

⁵ DELGADO-ARIAS, E. *Brazilian elections 1962: key political personalities in Pernambuco*, relatório de 22 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 330. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁶ KILDAY, Lowell C. *Weekly Summary n. 24*, relatório de 13 de dezembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0597. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

e parlamentares tradicionais nordestinos como um inveterado marxista, engajado na causa comunista.⁷

Frente a este cenário, as forças políticas nordestinas buscaram os recursos da Aliança para o Progresso como uma alternativa ao governo federal, que durante décadas havia mantido com estas forças regionais uma relação paternalista, por meio da qual governos e prefeituras tinham poder de polícia e certa autonomia contanto que mantivessem, em suas regiões, a hegemonia política central, o que não impedia as forças regionais de criar, paralelamente, suas próprias instâncias de poder no Nordeste (BURSZTYN, 1984). Porém, tratava-se de uma relação historicamente problemática e atravessada por barganhas e negociações escusas, por meio das quais as forças políticas nordestinas reivindicavam, em bloco relativamente consolidado, recursos que nutrissem o que muito ficou conhecido, à época, como “indústria da seca” (CALLADO, 1960), ou seja: a entrada de recursos para resolver problemas da seca que não eram resolvidos, justamente com o objetivo de manter aberto o canal para a entrada destes recursos.

Quando surgiu a Aliança, estas forças políticas regionais encontraram a justificativa perfeita para requisitar seus recursos: a narrativa de que o governo federal estava em suspeição, a Sudene estava supostamente corrompida e a ausência de recursos federais agudizaria a pobreza e os problemas sociais, o que fatalmente resultaria em uma ampliação das Ligas Camponesas. Assim, governos nordestinos, marcadamente conservadores e aliados às oligarquias latifundiárias, recorriam a Washington para, por um lado, minar o poder de Goulart e, por outro, passarem a receber vultuosos montantes em dólares para fazer o contrário do que gostaria o programa estadunidense: preservar estruturas oligárquicas e os alicerces de uma sociedade herdeira dos engenhos de outrora (OLIVEIRA, 2020).

Porém, para liberar mais recursos a Aliança buscava aqueles estados nordestinos onde as Ligas Camponesas atuavam com maior destaque. Alguns relatórios da *Central Intelligence Agency* (CIA), a agência de espionagem dos EUA criada na Guerra Fria, atestam que até 1964 todos os estados nordestinos registraram células das Ligas. PiauÍ, Alagoas e Sergipe tinham uma quantidade consideravelmente menor de adeptos das Ligas em comparação a estados como

⁷ WALTERS, Edward T. *Political summary: october 16, november 30, 1960*, relatório de 16 de novembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 287. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Bahia, Ceará e Maranhão. Eram Paraíba e Pernambuco os estados que mais preocupavam os estadunidenses, pois possuíam células com proporções alarmantes.⁸ Pernambuco receberia a maior parte dos recursos da Aliança para o Progresso até 1963, quando Arraes assumiu o governo em desalinho com as propostas estadunidenses.⁹

Portanto, Sergipe estava longe de ser uma grande preocupação para os diplomatas estadunidenses, o que não significaria um total abandono da Aliança em relação ao estado. Havia em Sergipe uma certa instabilidade no palácio do governo, que viu, entre 1959 e 1963, quatro diferentes líderes: Luís Garcia, de 1959 a 1962; Dionísio de Araújo Machado, de julho de 1962 a janeiro de 1963; Horácio Dantas de Goes, de 30 a 31 de janeiro de 1963 e, finalmente, Seixas Dória de 1963 a 1964. Também por isso, o programa demoraria mais tempo a atuar no estado, que passava por renúncias e sucessões num espaço muito curto de tempo.

Apesar de ser um dos dois estados mais pobres da região, o que deveria ser critério para receber recursos da Aliança, o inexpressivo número de Ligas Camponesas em Sergipe foi um fator decisivo para uma menor aplicação dos fundos provenientes do programa. Apesar disso, Sergipe possuía proeminentes ativistas de esquerda, inclusive da igreja católica, como Dom José Vicente Távora, que defendiam uma aproximação dos valores progressistas com os cristãos, argumentando em favor da democracia e dos despossuídos. Távora era bastante reconhecido não apenas no estado, mas também nacionalmente, sobretudo por seu potencial em conquistar parcelas da sociedade para a sua causa. Ele defendeu abertamente o presidente Jango, argumentando que forças políticas contrárias a princípios democráticos faziam uso do “espantalho do comunismo” para impedir a sua legítima ascensão ao Planalto.¹⁰

Desde os anos 1950, a sociedade sergipana acompanhava, em sintonia com o cenário nacional (embora de forma singular), as discussões em torno de propostas nacionalistas de modernização. Enquanto a crise do populismo tomava o país, era necessário repensar a posição

⁸ DELGADO-ARIAS, Eugene. *Brazilian elections 1962 – Paraíba*, relatório de 05 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963, p. 01. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁹ SMITH, W. S. *Probable immediate impact of Arraes victory in Pernambuco economy*, relatório de 29 de outubro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 1040. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁰ RABIDA, A. A. *Catholic priest leads new passive resistance movement near Recife*, memorando de 06 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 411. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

do Brasil no cenário internacional, especialmente diante do clima de bipolaridade da Guerra Fria. A PEI de Quadros e Jango resultava deste panorama, onde propostas de reformas populares ganhavam peso em circunstâncias nas quais algumas rupturas pareciam inevitáveis (PINHEIRO, 2004). Se a partir de 1964 este projeto seria suprimido, antes dele temos marcantes evidências da participação dos sergipanos em sua construção. Os CPCs, como atesta José Vieira da Cruz (2009, p. 04), eram símbolos disso, uma vez que este:

projeto político-cultural que vinha sendo desenvolvido pelos estudantes e artistas em Sergipe, foi incorporado, gradativamente, ao polo governamental, através da participação de estudantes universitários junto à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Saúde na gestão do governador João de Seixas Dória.

Esta incorporação alarmava as alas conservadoras, as elites do país e os diplomatas estadunidenses, pois projetos como os CPCs pareciam fortemente organizados em torno de premissas “progressistas demais”, por pensarem uma democracia de forma menos restrita, o que para os EUA era desinteressante. A maior parte dos documentos que versam sobre como as reformas promovidas a partir de recursos da APP, por exemplo, deveriam seguir um modelo estadunidense, sendo fiscalizadas de perto por empresas privadas que atuavam quase como agentes de disseminação dos valores liberais do “Grande Irmão do Norte”. Assim, qualquer proposta de democracia que fugisse ao padrão desejado pelos EUA era considerada arriscada demais. A conivência de Dória com os CPCs jogava ainda mais dúvidas sobre as chances de um alinhamento concreto.

Alguns projetos de reforma educacional, que receberiam recursos da APP, podem ilustrar bem a busca dos EUA em observar de perto o transcorrer das mudanças provocadas pelos seus investimentos em Sergipe, durante o governo Dória. No decurso da Campanha Nacional de Alfabetização, o Ministério da Fazenda firmou convênio com o Centro Nacional de Cultura Popular para alfabetizar cerca de duzentas mil pessoas em todo estado de Sergipe, escolhido como piloto para a implantação do Plano Nacional de Alfabetização no Nordeste, em 1963. A *USAID* forneceu subsídios ao projeto tendo em vista a garantia dos interesses estadunidenses. O órgão em questão disputou um cabo de guerra com os projetos progressistas de ensino, até hoje estigmatizados como de esquerda (OLIVEIRA, 1989). Mas, como Dória, governador filiado à UDN, poderia ter permitido isso?

Se pudermos definir com uma única palavra o breve governo de Seixas Dória em Sergipe, cujo mandato durou pouco mais de um ano, talvez essa palavra possa ser heterogeneidade. A formação de seu gabinete somente foi viabilizada em decorrência das muitas alianças

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 16, n. 30, jan. - jun. 2022.
ISSN: 1982 -193X

consolidadas - inclusive com a esquerda, espectro político ao qual a direção geral da UDN, seu partido, era franco opositor. Vale lembrar que Carlos Lacerda, então governador do antigo estado da Guanabara, era o líder do partido, tendo sido um forte apoiador do golpe militar de 1964 e defensor da ideia de que João Goulart, então presidente, estava pronto a abrir alas para um golpe socialista. Assim, enquanto defendia pautas comuns às diretivas partidárias, Dória se aproximava de iniciativas como os CPCs, que na ocasião de uma visita feita pelo embaixador dos EUA e nome forte da força-tarefa da APP, Lincoln Gordon, a Aracaju, organizou uma série de protestos dispersados pela polícia. O governador agiu no sentido de defender alguns manifestantes, dando indícios de sua ambiguidade política (CRUZ, 2009).

Esta ambiguidade era desinteressante aos EUA naquele contexto, no qual manifestações frágeis de apoio ao bloco capitalista e democrático soavam como incertezas frente ao poder soviético. Os estadunidenses queriam garantias de que os países do Ocidente estivessem abertamente alinhados aos seus valores contra as investidas socialistas. O caso cubano, representado pelo alinhamento dos revolucionários com a URSS a partir de 1961, era representativo: o que havia se iniciado como um movimento nacionalista acabou assumindo uma face marxista-leninista, sobretudo após os esforços de Washington em punir o país buscando apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com isso, qualquer governo minimamente nacionalista ou que representasse um tipo de entrave a posicionamentos explícitos a favor dos EUA incomodava o Departamento de Estado.

Seixas Dória no caminho da Aliança para o Progresso

“Sergipe está de portas abertas para todos os honestos colaboradores que não possuem vínculos com formas políticas dadas à alienação ideológica”, disse Dória em novembro de 1962 durante um evento ocorrido no Rio de Janeiro, pouco tempo depois de ser eleito governador de Sergipe. A declaração causou espanto e entusiasmo em diplomatas estadunidenses, que receberam a notícia sobre tal manifestação a partir de uma reportagem veiculada pela imprensa sergipana. O espanto foi decorrente da mudança no posicionamento de Dória quanto à presença do capital estrangeiro em Sergipe, pois em declarações anteriores afirmou estar inclinado a receber o "bom capital" e não o "mal capital", representado, segundo ele, por companhias multinacionais

estadunidenses como a *The Coca-Cola Company*.¹¹ O entusiasmo dos diplomatas era devido ao contexto que se vivia à época.

O sinal de Dória ao capital internacional era interessante aos EUA. Havia, a bem da verdade, expectativas por parte dos estadunidenses em torno do nome de Dória para o governo do estado, pois sua plataforma parecia representar o fim do que consideravam um velho regime, resistente e arcaico, algo significativo em um estado onde a pobreza e a fome eram realidade incessante quanto mais profundamente se penetrava no interior.¹² O pleito governamental em Sergipe, no ano de 1962, foi disputado ombro a ombro entre Dória e Leandro Maciel, os dois da UDN, partido que parecia atrair políticos com perfil nacionalista. Dória era tido como um ex-integralista que havia buscado apoio na esquerda em sua campanha política e sido retratado pela Gazeta de Sergipe (jornal considerado pelos analistas estadunidenses como inclinado à esquerda) como um bom candidato. No final das contas, fazia parte do espectro “moderado”, ao qual os *policymakers* estadunidenses eram simpáticos. De modo geral, as forças políticas locais não enxergavam muitas distinções entre ambos os candidatos.¹³

Seixas Dória possuía boa vantagem sobre Leandro Maciel nas pesquisas quando o pleito já estava bastante próximo. Suspeito de ser esquerdista pelo seu nacionalismo, ele não era visto pelos sergipanos como candidato da esquerda, sobretudo pelos seus laços familiares politicamente conservadores, o que agradava a preocupada diplomacia estadunidense.¹⁴ Os EUA olhavam com certo receio para a sua possível vitória, numa interpretação bastante fechada e comum à Guerra Fria, onde os estadunidenses costumavam classificar qualquer político nacionalista como adepto de perspectivas que, hora ou outra, poderiam caminhar no sentido do socialismo soviético ou de regimes populistas sobre os quais seria difícil exercer alguma influência. A razão disso estava no fato de que processos revolucionários como o recém ocorrido em Cuba, aquele que crescia com força no Vietnã e o que havia ocorrido décadas antes

¹¹ MIDKIFF, Harold M. Weekly Summary, relatório de 23 de novembro de 1962. NARA, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, slide 0447. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

¹² KEYSER, C. D. *Brazilian elections 1962, Sergipe situation*, telegram de 05 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1059. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹³ KEYSER, C. D. *Brazilian elections 1962: Sergipe*, relatório de 17 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 502. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁴ Idem.

na China se iniciaram sob a égide do nacionalismo, para mais tarde assumirem faces abertamente socialistas. Todos, sem exceção, começaram no campo a partir de movimentos camponeses que, segundo Washington, eram idênticos ao que crescia aceleradamente no Nordeste do Brasil.

O nacionalismo de Dória caminhava de forma mais ou menos próxima ao do ex-presidente Jânio Quadros, que havia recentemente renunciado: um nacionalismo peculiar, um tanto retórico e confuso, por vezes contraditório. Era conservador em seus valores, mas moderno em seus anseios por transformação social, em sintonia com os debates sobre modernização correntes à época. Ademais, o recém-eleito governador sergipano era considerado por muitos um político combativo e incisivo, apto a pensar a nação a partir de diretivas autonomistas. Seu apoio a João Goulart e às reformas de base, mesmo quando os militares já estavam tomando o poder, o colocou no rol de políticos alvo da desconfiança estadunidense (CARDOSO, 2019).

Dória era, como destaca Célia Costa Cardoso (2019), um entusiasta do nacional-desenvolvimentismo e, desde cedo, defendia a reforma agrária, além de denunciar o descaso do poder central com o Nordeste. Sua candidatura foi significativamente ancorada em propostas de alfabetização que, como vimos acima, foram de fato efetivadas. Ao que parece, seu perfil nacionalista era demasiadamente acentuado e autonomista, suficiente para que os EUA reduzissem significativamente a entrada de recursos da APP que pudessem beneficiar seus projetos. O caso da sucessão governamental no Rio Grande do Sul, em 1963, corrobora com esta hipótese.

Felipe Loureiro (2020) sublinha que, ao contrário do que se esperava, Ildo Meneghetti, sucessor de Leonel Brizola no governo riograndense, não recebeu tantos recursos da APP quanto se esperava, apesar de ser um político conservador alinhado irrestritamente aos EUA, o completo oposto de Brizola, que estava a nacionalizar empresas estadunidenses. Segundo o autor, a razão disso ultrapassava a orientação política de Meneghetti: investimentos no Rio Grande do Sul poderiam, mais tarde, ser aproveitados por políticos atrelados ao projeto de Brizola que, por sua vez, era visto como herdeiro do populismo varguista. Em Pernambuco, Miguel Arraes, eleito governador em 1962, viu diminuir os investimentos da APP em razão de sua orientação política demasiadamente progressista. Isso nos leva a pensar que o reduzido apoio da APP a Sergipe não pode ser explicado apenas pelo fato de que o estado era pequeno e não possuía grandes células das Ligas Camponesas: o perfil político de Dória deve ter contribuído com isso.

Ainda segundo Loureiro (2020), o estado da Guanabara, do qual Carlos Lacerda era governador, recebeu a maior parte dos recursos da APP destinados ao Brasil no início dos anos 1960. Por que um dos maiores, mais ricos e estruturados estados do país, onde a presença das Ligas Camponesas era tão ínfima, precisaria de tantos recursos? Em primeiro lugar, isso evidencia como os EUA também se preocupavam com estados-chave para a economia nacional. Em segundo lugar, contudo, o fato explicita que o fornecimento de recursos a políticos abertamente alinhados aos EUA, como era o caso de Lacerda, poderia ser mais importante do que investir em estados mais pobres, onde havia tendência ao agravamento de condições propícias à convulsão social. Isso escancara a faceta política da Aliança para o Progresso, escanteando seus propósitos humanistas e modernizadores.

Considerações finais

A Aliança para o Progresso foi um programa proposto pelos EUA para modernizar democracias latino-americanas e promover o liberalismo, mas escondia, de forma pouco efetiva, seu caráter político: criar laços com líderes políticos da região e conquistar a fidelidade destes para combater projetos socialistas ou nacionalistas de poder, o que afetaria uma soberania mais completa dos EUA no Ocidente. Durante a Guerra Fria, tanto esta prática quanto as chamadas “guerras por procuração” foram muito comuns. Era um meio de combater a expansão do inimigo, no caso a URSS, e, ao mesmo tempo, consolidar sua hegemonia internacional. Para que isso funcionasse, era necessário observar atentamente forças políticas que não estivessem irrestritamente alinhadas ao bloco ocidental.

O Departamento de Estado e suas ramificações – consulados, embaixadas, etc. – interpretavam as relações políticas durante a Guerra Fria de forma bastante engessada: onde não houvessem claros acenos a Washington, provavelmente haveria organizações políticas progressistas ou nacionalistas que poderiam, hora ou outra, se converterem em forças à esquerda. Isso gerou imensa preocupação nos EUA quando Jânio Quadros chegou ao poder no Brasil em 1961, influenciando alguns políticos, como Seixas Dória, a assumirem um perfil nacionalista que, embora liberal e capitalista, não possuía qualquer intento de se submeter imediatamente a qualquer um dos blocos em disputa no cenário internacional.

No caso brasileiro, além de o governo federal estar norteado pela PEI, no que se referia às suas políticas internacionais, outras lideranças políticas estaduais e municipais se recusavam a abandonar a busca por autonomia em nome de alianças intransigentes, o que conflituava com políticos do mesmo partido, como no caso de Seixas Dória e Carlos Lacerda, por exemplo. Dória, governador de Sergipe, era um exemplo disso. Embora fosse abertamente liberal e capitalista, seu nacionalismo nutria a necessidade de pensar as especificidades locais antes de se preocupar com o plano internacional. Evidentemente, tratava-se, como vimos, de um nacionalismo insólito, precário em alguns aspectos, mas suficientemente autonomista para causar preocupação aos EUA.

A Aliança para o Progresso, que deveria direcionar os investimentos de seus recursos a regiões mais pobres do Nordeste, ao perceber a região como propensa à convulsão social no Brasil, deixou Sergipe em segundo plano, mesmo que este fosse um dos estados mais necessitados entre os nove estados nordestinos. Certamente, dois motivos contribuíram para isso. Primeiro, a inconstância do governo sergipano, que viu representantes diversos entrarem e saírem velozmente. Segundo, quando Dória se fixou no governo, seu perfil desagradou os planejadores da Aliança. Somado ao fato de Sergipe possuir poucas células das Ligas Camponesas, tudo isso contribuiu para que o estado fosse preterido.

A análise aqui feita é ainda precária e sujeita a revisões, reformulações e críticas. Apresenta hipóteses e exames que ainda necessitam ser discutidos com mais detalhamento. Porém, joga luz sobre uma temática de grande importância e que merece maior zelo, bem como pesquisas mais aprofundadas. A história de Sergipe tem muito a ganhar com pesquisas que abordem o período e possam se fazer de documentações ainda pouco exploradas, com potencial para ampliarmos o escopo de trabalhos sobre o estado.

Referências bibliográficas

BUENO, Clodoaldo. A política multilateral brasileira. In: CERVO, A. L. (Org.) **O desafio internacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 59-144.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco:** aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaci; ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). **Democracia e autoritarismo:** estratégias e táticas políticas. Vinhedo: Editora Horizonte, 2015.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CRUZ, José Vieira da. **Memórias efervescentes:** estudantes, artistas e os movimentos culturais em Sergipe em tempos de sombras. ANPUH - XXV, 2009.

LOUREIRO, Felie Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964):** ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, J.; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano:** o tempo da experiência democrática – da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-272.

MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria: história e historiografia. Curitiba: Appris Editora, 2020.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade. **A participação da USAID na educação em Sergipe.** Dissertação de Mestrado - São Carlos: UFSCar, 1989.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Terra seca, Guerra Fria:** as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964). Curitiba: Editora CRV, 2020.

PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. As origens da Aliança Para o Progresso. In: SERAINE, Ana Beatriz dos Santos et al (Orgs.). **Estado, desenvolvimento e políticas públicas.** Ijuí: Ed Unijuí/Teresina: Ed. Universitária da UFPI, 2008, p. 319-362.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. Trad. Ismênia Tundes Dantas. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Recebido em 02- 02- 2022

Aprovado em 07- 07 - 2022

Publicado em 22-07- 2022